

Artur Zimmerman
Doutor em Ciência Política, Universidade de São Paulo.
E-mail: artur@usp.br

Raízes

Vol. 25, Nºs 1 e 2, jan.-dez./2006

Trabalho recebido em:
24/02/2005
Aprovado para publicação em:
02/03/2007

CAMPONESES E A PREDISPOSIÇÃO À REVOLTA: QUEM PARTICIPA ATIVAMENTE DOS CONFLITOS AGRÁRIOS?*

RESUMO

A literatura internacional que trata de revoluções agrárias discorda sobre qual categoria de camponeses se rebela. Alguns estudiosos frisam que o grupo dos sem-terra (arrendatários, trabalhadores rurais e invasores) é o precursor da revolução agrária de massas, enquanto outros dão ênfase aos pequenos proprietários como tendo um papel revolucionário proeminente. A pesquisa abrange esse tema e tenta encontrar o perfil revolucionário do camponês. Apesar da relevância do papel do líder ser mencionado neste texto, o estudo em questão focaliza as massas rurais como precursoras da revolução, e quais atores dentro delas são os revolucionários *de facto*. No final, conclui-se que parte de ambos os grupos se rebelam. Somente camponeses de classes mais baixas, que possuem uma relação patrão-cliente com os latifundiários não se rebelam.

Palavras-chave: revolta agrária, guerra civil, camponeses

PEASANTS AND THE INCLINATION TO REVOLT: WHO PARTICIPATES ACTIVELY OF AGRARIAN CONFLICTS?*

ABSTRACT

The literature on agrarian revolutions dissent on which category of peasants rebels. Some scholars assert that the landless group (tenants, sharecroppers, rural workers, and squatters) is the precursor of the agrarian masses revolution, while others stress the small landholders with this revolutionary task. This article deals with the rebel profile. Despite the relevance of the leadership, this study focuses on the masses as the precursor of the revolution, and who within the masses are the *de facto* revolutionaries. At the end, the conclusion is that part of both groups rebel. Only lower classes peasants that have a patron-client relationship with landlords do not rebel.

Key words: agrarian rebellion, civil war, peasants

* Esse artigo foi criado e modificado como parte do texto "Land tenure as a determinant of civil wars: 1969-1997" que foi apresentado na Conferência ISA em Honolulu, HI, em 4 de março de 2005. Gostaria de agradecer à contribuição de James Scott e aos participantes do seminário "Order, Conflict, and Violence" do departamento de ciência política da Yale University, pelas valiosas sugestões. As idéias deste artigo surgiram no ano de 2004, quando era pesquisador visitante nesta instituição, e tornou-se possível com a ajuda financeira da CAPES.

1. INTRODUÇÃO

O texto trata de uma questão antiga e já debatida na literatura da área sobre que tipo de camponês rebela-se. É uma questão que foi deixada sem resposta na bibliografia dos anos 60 e 70. A discussão apresentada gira em torno dela, com quase a totalidade dos autores estrangeiros (principalmente norte-americanos). Também foram acrescentados ao debate alguns estudos atuais. Gostaria de rever esta discussão mostrando as diferenças e semelhanças entre os principais estudiosos, elevando questões relacionadas a cada tipo de camponês e sua tendência à ação política coletiva. Será dada ênfase a dois grupos principais, de um lado, os que não têm terra – arrendatários, inquilinos, trabalhadores residentes e migrantes – e, de outro lado, os pequenos proprietários de terra. O objetivo é chegar a um resultado de quem é o ‘verdadeiro’ participante das revoluções agrárias, constituindo parte das massas que fizeram história e mudaram a perspectiva de muitos países.

É utilizado o termo guerra civil para expressar a revolução. A guerra civil discutida aqui deve ser bi- ou multilateral, e seu propósito é o de rendição de um dos lados, e não extermínio, senão estaríamos discutindo o terrorismo de Estado ou genocídio (Tabela 1) Kalyvas, 2000, o que não é a intenção deste texto.

Tabela 1. Tipologia de Violência Política de Massas

Produção de Violência	Propósito da Violência	
	Rendição	Extermínio
Unilateral	Terror de Estado	Genocídio e limpeza étnica
Bilateral (ou multilateral)	Guerra Civil	Extermínio Recíproco

Fonte: Kalyvas 2000

Como há uma diversidade de definições do que é (ou de quem seja) camponês, e a literatura não é consensual em relação a esta questão, o conceito adotado aqui é o de que o camponês é um cultivador rural. Não são incluídos apenas os que possuem terra (pequenos proprietários), mas também os que cultivam a terra sem ter direito legal a ela (sejam arrendatários ou trabalhadores rurais).

A posse e o uso da terra variam amplamente em relação ao grupo em questão. Em grande parte dos casos, uma minoria que faz parte da elite controla o acesso à

terra, e a grande maioria de camponeses trabalha a terra, como pequenos proprietários, arrendatários pagando um aluguel fixo ou dividindo a produção, trabalhadores rurais migrantes e residentes sem-terra. Vários autores acreditavam que cada um dos tipos acima citados revela uma tendência a se rebelar contra seu patrão e contra o Estado. Estes estão divididos em dois grandes blocos que divergem em relação às características que os camponeses devem ter para se rebelar até o surgimento da revolução e guerra civil.

O trabalho caminha por um viés empírico à medida que aborda os diferentes tipos de camponeses.

2. OS SEM-TERRA E SEU CARÁTER REVOLUCIONÁRIO

Um dos pioneiros responsáveis por trazer o debate sobre a participação e mobilização para a guerra civil foi Stinchcombe (1961). Estudando a propriedade, afirmou que a estratificação rural era mais relevante que a urbana, pois, enquanto nas cidades a ocupação profissional prevalecia, no campo a propriedade predominava. Portanto, o comportamento político do camponês era um reflexo da diferenciação dos diferentes tipos de propriedade.

Os sem-terra vivem freqüentemente em instabilidade e tensão política, o que, em geral, pode culminar em guerra ou revolução (semelhantemente, as plantações agrícolas caracterizam-se pela baixa participação no governo local e baixo nível escolar dos camponeses que são desprivilegiados, porém, quando mobilizados por governos revolucionários tendem a ser extremistas). Já os pequenos proprietários são os donos da terra em que trabalham e, por isso, suas reivindicações familiares giram apenas em torno do preço de mercado de seus produtos, não possuindo caráter político radical (Stinchcombe, 1961).

Paige (1975) chegou às mesmas conclusões que Stinchcombe, apesar de ter uma maneira própria de explicar rebeliões agrárias. Os diferentes tipos de movimentos sociais organizados resultavam da interação entre o comportamento político, associado à principal fonte de renda das classes agrícolas. Seu modelo pode ser resumido pela Tabela 2.

A combinação de não-cultivadores (ricos) dependentes da renda oriunda da terra e cultivadores (subordinados), dependentes da renda oriunda de salários, leva à violência, revolução e guerra civil (típico de arrendatários e do sistema de trabalho migrante). Os movimentos revolucionários reivindicam a redistribuição da terra através da to-

Tabela 2. Combinações de renda dos cultivadores e não-cultivadores, típico de organizações agrícolas, e formas agrárias esperadas de movimentos sociais

		Cultivadores	
		Terra	Salários
Não-cultivadores	Terra	Fazenda Comercial ----- Revolta (Agrária)	Arrendatários Trabalhadores Mográt. ----- Revolução (Socialista) (Nacionalista)
	Capital	Pequena Propriedade ----- Reforma (Mercadorias)	Plantação ----- Reforma (Trabalho)

Fonte: Paige, 1975

mada de poder das mãos do governo central, e as guerrilhas são usadas como estratégia para atingir a vitória.

Um nível de menor violência, típico das fazendas comerciais, é quando há a combinação de não-cultivadores e cultivadores dependentes da terra como recurso principal de renda, o que levaria às revoltas agrárias. Quando isso ocorre, há a demanda de redistribuição de terras, apesar de não haver objetivos políticos maiores, como mudança de sistema. A tática aplicada, nesse caso, é a de invasões de terras, tipo de prática violenta, característico de partidos socialistas ou reformistas no poder que, enfraquecendo os grandes proprietários de terras, não se organizariam por si próprios de outra maneira.

Outra combinação é a de não-cultivadores dependentes da renda oriunda do capital, através do comércio, e cultivadores dependentes da renda oriunda da terra, o que resultaria num movimento de reforma de produtos, tendo por objetivo o controle dos produtos agrícolas de mercado. A ação deles é pacífica e, no máximo, por meio de protestos econômicos. São estes os pequenos proprietários interessados em vender seus produtos rurais, sendo conservadores e sem a intenção de mudar o sistema ou rebelarem-se.

A única adição que Wickham-Crowley coloca como sendo sem-terra revolucionário (juntamente com o grupo de arrendatários e trabalhadores migrantes) é o invasor de terra, como o grupo que pode fazer a diferença numa revolução (Wickham-Crowley, 1992), concordando com as colocações dos autores anteriores.

Os últimos estudiosos do tema que serão acrescidos são Prosterman (1972, 1976), e Prosterman & Riedinger (1987)

que também estão na mesma direção dos anteriores, afirmando que os sem-terra são os revolucionários. Eles consideram os sem-terra a origem da ocorrência de revoluções ou rebeliões violentas. Porém, não distinguem entre os vários tipos que fazem parte desta categoria, o que pode ser encarado como uma falha.

O 'perigo substancial' de rebelião existiria quando, pelo menos, 30% da população na sociedade agrária pertencessem à classificação dos sem-terra, enquanto o 'perigo crítico' seria quando os sem-terra atingissem os 40% de seus habitantes totais.

Quando o número de sem-terra é elevado, pode-se pôr em risco outros tipos de camponeses. Por exemplo, o grande fazendeiro ameaçará e, inclusive, expulsará arrendatários em troca de trabalhadores sem-terra que não necessitem de pequenos lotes, reduzindo-se seus salários, sobretudo quando a oferta é alta e há concorrência entre eles.

Um grande número de sem-terra pode até ser prejudicial aos pequenos proprietários, pois estes, para completar o orçamento familiar, muitas vezes, trabalham como assalariados em épocas de colheitas para os grandes proprietários. Com muitos sem-terra disponíveis, haverá mais concorrência para contratá-los e os salários serão menores. É a lei da oferta e da procura. Portanto, o aumento significativo de sem-terra pode promover uma maior insatisfação geral entre os camponeses, e, com isso, facilitar uma insurreição. A insatisfação gera frustração que, acompanhada de oportunidade, poderia desencadear rebeliões agrárias até chegar a uma guerra civil.

Uma diferença básica entre Stinchcombe e Paige é que, enquanto o segundo via nos trabalhadores migrantes e arrendatários rebeldes em potencial, o primeiro dava ênfase aos arrendatários, mas não aos trabalhadores migrantes, como em busca de terras. Se os grandes proprietários de terras não existissem, nada mudaria, pois eles não oferecem aos camponeses, crédito, conhecimento técnico, maquinário etc. Os arrendatários têm pagar o aluguel, mas não recebem privilégios, apenas o direito de usar a terra. Eles poderiam, sozinhos, administrar a terra, pois já o fazem na prática.

Porém, os trabalhadores migrantes não podem administrar uma plantação. Eles, provavelmente, não desejam possuir o controle das terras, pois não têm a capacidade técnica para gerenciar a terra por si só. O que Stinchcombe não disse é que existem grandes proprietários ausentes e presentes, e, enquanto o primeiro tipo não se envolve em relações paternalistas, controlando, assim, seus inquilinos,

o outro exerce seu controle de perto, dificultando algum tipo de organização coletiva violenta, por receio de retaliações.

Em suma, Stinchcombe, Paige, Prosterman, Riedinger (e Wickham-Crowley), assumem que *países com grande número de trabalhadores sem-terra são especialmente vulneráveis à luta armada e guerra civil, e o 'perigo substancial' ocorre quando mais que trinta por cento da população do país incluem-se nessa categoria; pequenos proprietários são mais conservadores, evitando assim fazerem parte da contra-ofensiva contra o Estado, pois têm receio de perder o único pedaço de terra que possuem.*

3. PEQUENOS PROPRIETÁRIOS COMO A FORÇA PROPULSORA DA REVOLUÇÃO

O próximo tipo de camponês a ser discutido é o pequeno proprietário, que, de um lado, parece ser conservador, pois este tem o que perder numa luta armada, e, de outro revolucionário, com mais recursos que os sem-terra, como veremos.

Wolf (1969) não inclui a categoria de trabalhadores rurais sem-terra em sua definição de camponês, portanto, estes não poderiam ser incluídos como revolucionários, além de que são freqüentemente dependentes dos grandes proprietários, e não podem se rebelar, ao menos que assistidos a mobilizarem-se por forças externas. Os camponeses mais aptos a se envolverem em rebelião são os pequenos proprietários ou inquilinos que vivem em povoados comunitários, longe do controle direto do grande proprietário, residindo em áreas geograficamente fora de centros onde estão as autoridades do país, e em locais marginais de difícil acesso e de pouca ou nenhuma comunicação. Os camponeses da classe média, os quais representam o conservadorismo, são os mais instrumentais na destruição da ordem social camponesa (Wolf, 1969), o que parece ser um paradoxo real.

Os camponeses que possuem terra estão muito mais fincados na 'comunidade' e dão presentes a seus vizinhos como uma estratégia para pedir-lhes favores em troca, no momento em que os anos de pouca colheita chegarem. Esse é um tipo de investimento em seguro social. Quando a crise é geral, e o seguro comunitário pede 'concordata', não há para quem apelar, e a rebelião parece estar mais próxima, faltando apenas uma oportunidade para tal.

Os impostos ou aluguel pagos pela terra num bom ano agrícola não poderiam ser os mesmos aplicados num ano

de pouca colheita, pois "...é o pouco que sobra mais que a quantia paga que leva camponeses a se rebelarem" (Scott, 1976). Dependendo da forma de arrendamento, o risco de rebelião pode aumentar. Se o proprietário assumisse a maior parte dos riscos do aluguel, ou, ao menos, dividisse com o locatário igualmente, a relação entre eles permaneceria tipo patrão-cliente, reduzindo brutalmente os riscos de rebelião. Porém, se o sistema é baseado numa quantia fixa de aluguel, em ano de colheita desastrosa, os riscos de rebelião aumentariam bastante.

Proprietários ausentes somente receberiam o dinheiro, mas não haveria a relação patrão-cliente, e isso poderia aumentar os riscos de rebelião, pois não teria o controle de perto.

Scott critica os cientistas sociais, pois estes acreditam que pessoas realmente famintas não se rebelam por não terem energia para tal (Scott, 1976). Mas, na realidade, a violência camponesa coletiva é estruturada por uma visão moral de obrigações mútuas de classes na sociedade. Somente se acrescidas à indignação moral dos grupos oprimidos, isso poderia explicar a razão dos camponeses se rebelarem. Porém, exploração *per si* não é razão suficiente de rebelião. Ela deve vir acompanhada por ameaças à rede de segurança dos camponeses, caso contrário, aconteceriam rebeliões todos os dias em países sub- e não-desenvolvidos. Poderia-se dizer que o campesinato, por causa de sua ideologia religiosa ou social, aceita essa exploração como sendo normal, mesmo como parte justificável da ordem social. Essa explicação da ausência de revolta tem uma aceitação fatalista da ordem social ou o que os marxistas chamariam de 'mistificação' (Scott, 1976).

No entanto, a religião e suas instituições, por vezes, empurram à direção oposta e levam à rebelião, como no caso da 'teologia da libertação' na América Latina, o que o autor não menciona. Em alguns casos extremos, ex-membros da igreja católica ou, até mesmo, atuais fiéis, apóiam ou patrocinam e apadrinham grupos rebeldes armados, especialmente após a entrada de igrejas protestantes no, até então, monopólio da igreja católica na América Latina (Trejo, 2004). O 'pobretariado' (o pobre proletariado rural) achou seu caminho até Marx por meio de Jesus Cristo (Paige, 1999), o que é uma ironia. O *slogan* do esquadrão da morte de direita em El Salvador em fins dos anos 70 era: 'Seja patriota, mate um padre'. Assim, a fé cristã passou a ser uma ameaça aos governos e, como tal, era combatida.

Finalmente, Scott concorda com Wolf sobre o tipo de camponês mais pró-revolucionário: moradores de povoa-

dos que possuem terra (Scott, 1977). Apesar dos arrendatários pertencerem ao argumento central de Scott, neste caso específico, ele se referiu apenas aos 'possuidores' de terra, o que pode ser enquadrado como donos e não apenas usuários de terra.

A coesão dos pequenos proprietários como um grupo e seu isolamento dos centros facilitam a resistência e a rebelião, juntamente com seus valores pré-capitalistas, os quais são naturalmente resistentes ao Estado intruso. A diferença entre Scott e Paige é sua discórdia sobre os trabalhadores migrantes e sem-terra na tendência de se rebelarem. Esses trabalhadores, descritos por Scott, são menos coesos e menos resistentes (mesmo que sejam mais favoráveis, em princípio, a idéias socialistas, em contraste com os pequenos proprietários). Trabalhadores assalariados não possuem contatos sociais, pois estão sempre mudando de lugar, fazendo-os vulneráveis à coesão da aldeia, que é característico dos residentes permanentes de longo prazo.

Em contraste, Anderson investigou a revolução da Nicarágua, encontrando que "...os camponeses que habitavam povoados mais pobres, onde tiveram muita experiência como trabalhadores migrantes, foram os primeiros a aderirem à revolução. Suas viagens em busca de sustento fizeram com que eles ficassem mais cientes do sofrimento além das fronteiras da região de Pikin Guerrero, onde os trabalhadores migrantes sofreram umas das mais duras explorações da Nicarágua pré-revolucionária. Sua inclinação para a participação revolucionária foi encorajada pela crescente incidência de repressão dentro do povoado" (Anderson, 1994).

Há uma diferença entre pequenos proprietários e arrendatários, em relação à rebelião. Os primeiros representam uma ameaça aos grandes proprietários por serem vistos como independentes e competitivos, enquanto os arrendatários, tanto dependem dos grandes proprietários como servem de fonte adicional de renda aos donos das terras alugadas. Por exemplo, grandes proprietários necessitam de mais terra para plantar cana-de-açúcar e, portanto, expulsam os pequenos proprietários e arrendatários no México. Isso contrasta com o argumento de Scott, no qual os inquilinos que pagam aluguéis de valor fixo, poderiam se rebelar em anos de pouca colheita. Scott também diferencia entre aluguel de valor fixo do inquilino e outros tipos de arrendamentos. Enquanto o primeiro tipo é favorável à rebelião, os outros não são e, portanto, caem no mesmo 'grupo pacífico' de trabalhadores e sem-terra.

Outro argumento sobre os pequenos proprietários e sua

'tendência' em rebelar-se contra os grandes proprietários é que "a brutalidade de muitas dessas expulsões [dos cultivadores de semi-subsistência pelos grandes fazendeiros] provou ser um catalisador em terminar com a dependência amigável dos 'bons patrões', desenvolvendo uma oposição emocional profunda a estes. As expulsões trouxeram a escassez repentina e bruta, as quais levaram camponeses a arriscarem suas vidas organizando-se contra as elites rurais e protestando frente às autoridades governamentais. Eram os pequenos proprietários que se tornaram líderes na mobilização nacional de *campesinos*. As expulsões ou outros meios de bloquear o acesso à terra ao qual *campesinos* pensaram ter o direito legítimo, também passou a ser a base para a ocupação de terras ou recuperação delas" (White, 1977).

A 'coesão natural' dos povoados camponeses não é automática, nem evidente. Sua coesão e solidariedade vão para ambos os lados, de acordo com a ilustração de Moore (1966), que distingue entre solidariedade conservadora e solidariedade radical. No primeiro tipo, os pequenos proprietários, arrendatários, e trabalhadores agrícolas são dominados pelos grandes proprietários que controlam os recursos e, indiretamente, as funções organizacionais da aldeia. No segundo tipo, as mesmas categorias de camponeses dividem os recursos, podendo se opor aos grandes proprietários e ao Estado. Nesse sentido, o que importa não é realmente o 'tipo' de camponês, mas sua relação (ou a quase inexistência dela) com os latifundiários e fazendeiros influentes.

Os pequenos proprietários vêem os latifundiários como um obstáculo a sua ascensão e, por conta disso, eles podem instigar rebeliões. Outros camponeses, como os que estão nas grandes fazendas, não são revolucionários, pois estão sob controle diário dos grandes proprietários, com proteção paternalista que, na realidade, funciona como controle social, impossibilitando a ocorrência de rebeliões.

Em suma, Wolf, Scott (este se refere tanto aos pequenos proprietários como aos arrendatários conjuntamente) e White afirmam que:

os mais pobres camponeses, que nem mesmo possuem uma propriedade, não têm os meios para se organizarem e unificarem sob uma mesma bandeira numa organização rebelde para lutar por uma mudança de sistema e de sua situação pessoal. São os pequenos proprietários que rebelam-se quando tem a oportunidade, pois são freqüentemente ameaçados com expulsões de suas terras pelos grandes proprietários, os quais os encaram como independentes e competitivos em relação aos latifundiários. (White, 1977).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

AFINAL QUEM SÃO OS REAIS PRECURSORES DA MUDANÇA REVOLUCIONÁRIA?

Quem são os rebeldes? Responder a esta pergunta sugere investigar a premissa de que a rebelião camponesa é uma resposta direta a uma ou mais condições que afetam camponeses. Prosterman & Riedinger (1987) focam no acesso a terra, Moore (1966) na exploração, Wolf (1969) no capitalismo agrário, Scott (1976) na subsistência, e Paige (1975) nas combinações de renda dos cultivadores e não-cultivadores que resultam em rebeliões violentas.

Paige também, em sua crítica a Seligson (1996), sugere outra fonte de rebelião: a predominância de um 'semi-proletariado' (o qual chama de *pobretariado* dos camponeses empobrecidos). Porém, Seligson argumenta que os estudiosos estão olhando nos lugares errados, tentando encontrar o 'tipo certo' de camponês revolucionário. E quando Paige corretamente indica que as áreas onde o FMLN controlava em El Salvador não apresentavam alto nível de sem-terra (Seligson, 1996), Seligson se convence de que a comunidade acadêmica precisa continuar sua investigação dos temas relacionados à posse de terras, 'proletarianização', e pobreza, porém, temos de ser mais cuidadosos quando procuramos conectar causa e efeito, como muitos o fazem neste debate apresentado.

Skocpol acredita ser infrutífero prever o comportamento camponês em face de qualquer especulação a respeito da natureza do campesinato. Ela concorda com Moore (1966) e Adas (1979) no sentido de que, antes de investigar os camponeses, é necessário investigar toda a sociedade, pois os camponeses representam somente parte da história. Focar apenas neles não nos deixaria entender as revoluções camponesas. Há a necessidade de inclusão do Estado, das estruturas de classe, e das relações militares e econômicas transnacionais. Há uma tendência dos estudiosos a estreitar o assunto camponês e economia agrária (Skocpol, 1982).

Claro que devemos estudar toda a sociedade, porém, as rebeliões agrárias ocorrem por meio das massas oriundas do campesinato e, investigando os vários grupos existentes dentro dele, poderíamos entender melhor este fenômeno e a própria sociedade.

A 'coesão natural' dos camponeses não é imediata, nem evidente. Sua coesão e solidariedade podem enveredar por ambas as direções, como Moore (1966) sabiamente ilustrou em sua distinção entre a solidariedade conservadora e radical. No primeiro tipo, pequenos proprietários, arren-

datários e trabalhadores agrícolas são dominados pelos grandes fazendeiros que controlam os recursos e, indiretamente, as funções organizacionais do povoado. No segundo tipo, as mesmas categorias de camponeses compartilham recursos, podendo estar em oposição aos grandes fazendeiros ou ao Estado. Para indicar a categoria camponesa que se rebelará, deve-se focar nas relações patrão-cliente, apontando o 'mais revolucionário', que seria o menos dependente no clientelismo.

Zimmerman (2005) analisou estatisticamente ambas as categorias em separado e concluiu que não se pode excluir um grupo às custas do outro. Ambos têm interesses e receios e são, ao mesmo tempo, conservadores (o que é característico de pessoas do campo) e revolucionários. Depende das condições de subsistência dos camponeses específicos, além de sua percepção de vitória, pois os camponeses não são suicidas. Portanto, segmentos dos grupos (sem-terra e pequenos proprietários), que não são dependentes dos grandes fazendeiros, poderiam se rebelar caso não conseguissem subsistir adequadamente, e, vissem oportunidade para tal.

É importante analisar também a função da liderança na reorganização e distribuição do poder entre os diferentes grupos, em especial os camponeses. Os líderes podem organizar os rebeldes para a luta, como resposta ao sofrimento destes, a rebelião pode ter sucesso. Os líderes, em geral, não são camponeses. Eles vêm de áreas urbanas e são, frequentemente, pessoas instruídas e intelectuais das universidades e de classe média-alta. Há poucos líderes nativos oriundos de áreas rurais (Wickham-Crowley, 1992). A imagem de que os camponeses não podem se organizar por si só e lutar por um objetivo comum é bem frequente entre os estudiosos.

As batalhas agrárias necessitam de líderes de fora que devem ter como função primordial a luta contra a opressão do Estado e dos grandes fazendeiros. A participação de camponeses nas organizações revolucionárias é antecedida pelo desenvolvimento de uma estrutura organizacional formada por estudantes, intelectuais e membros descontentes da classe média (Migdal, 1974). É consenso na academia que os líderes são pessoas de fora. Os líderes criam um sistema organizacional capaz de absorver camponeses e o expandem por meio de seu recrutamento. As massas continuam a ser importantes, pois, sem elas, não há rebelião.

O líder, portanto, é a figura central que dirige e sustenta os movimentos sociais. Adas referiu-se às guerras de descolonização, mas elas podem ser generalizadas também

a outros tipos de conflitos. Ele argumentou que os camponeses que aderiram, viram nestes movimentos um meio de recobrem o alto nível de autonomia, coesão comunitária e segurança que disfrutavam na era pré-colonial. O poder e as demandas dos senhores das colônias ameaçavam e minavam todos estes elementos essenciais na vida camponesa tradicional (Adas, 1979).

As decisões dos líderes locais comunitários podem ser decisivas na extensão das rebeliões agrárias. A auto-determinação e os movimentos nacionalistas de libertação são paralelos ao marxismo e outros tipos de movimentos ideológicos na era pós-colonial. No primeiro movimento, a elite e os camponeses se unem contra o poderio imperialista, enquanto no segundo, os camponeses se unem com alguns da *intelligentsia* contra as elites (as quais são constituídas basicamente pelos grandes fazendeiros). Em suma, a escassez material não é suficiente para construir um movimento revolucionário. A liderança é essencial e, nesse caso, ela deve ser importada de fora do campesinato. Isso claramente reduz a relevância do peso dos camponeses nesse processo, o que não é a intenção deste artigo que centraliza a 'rebelião de massas'.

A pergunta correta a ser proferida não é qual tipo de camponês se rebela, mas porque eles se rebelam, e, em que condições isso ocorre. A retomada deste antigo debate é interessante para entender o quão contemporânea são as questões que envolvem o campesinato, tanto como categoria analítica, como classe que se constitui no fazer histórico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADAS, M. Prophets of rebellion: Millenarian protest movements against the European colonial order, US: The University of North Caroline Press, 1979.
- ANDERSON, L. E. The political ecology of the modern peasant – calculation and community, Baltimore: John Hopkins University Press, 1994, p.155-156.
- BROCKETT, C. D., “Measuring political violence and land inequality in Central America”, The American political science review, v.86, n.1, p.169-176, 1992.
- GATES, S. “Empirically Assessing the Causes of Civil War”. Paper presented in the Annual meeting of the International Studies Association, New Orleans, March, 24th –27th, 2002.
- JENKINS, J. C. “Why do peasants rebel? Structural and historical theories of modern peasant rebellions”, The American journal of sociology, v.88, n.3, November 1982, p.487-514.
- KALYVAS, S. “The Logic of Violence in Civil War”, March, 2000, p.1-41, <http://www.duke.edu/web/licep/1/kalyvas/kalyvaspaper.pdf>.
- KURTZ, M. J. “Understanding Peasant Revolution: From Concept to Theory and Case”, Theory and Society, v.29, 2000.
- MIGDAL, J. S., Peasants, politics, and revolution: pressures toward political and social change in the third world, Princeton: Princeton University Press, 1974, p.232.
- MOORE, B. Jr., **Social origins of dictatorship and democracy: lord and peasant in the making of the modern world**, Boston: Beacon Press, 1966.
- PAIGE, J. M., Agrarian revolution: Social movements and export agriculture in the underdeveloped world, NY: Free Press, 1975.
- PROSTERMAN, R. L. Riedinger, Jeffrey M., Land reform and democracy development, Baltimore: John Hopkins University Press, 1987.
- PROSTERMAN, R. L. “‘IRI’: a simplified predictive index of rural instability”, Comparative politics, 8(3), Special issue on peasants and revolution, April 1976, pp.339-353.
- PROSTERMAN, R. L., Surviving to 3,000: an introduction to the study of lethal conflict, California: Duxbury Press, 1972.
- SCOTT, J. C., “Hegemony and the peasantry”, Politics and society, 7, 1977, pp.267-296.
- SCOTT, J. C. The moral economy of the peasant: rebellion and subsistence in Southeast Asia, New Haven: Yale University Press, 1976, p.191.
- SELIGSON, M. A. “Agrarian Inequality and the Theory of Peasant Rebellion”, Latin American research review, 31(2), 1996, pp.140-157.

SKOCPOL, T. "What Makes Peasants Revolutionary?", In Weller, R. P.; Scott, E. G. (eds.), *Power and protest in the countryside: Studies of rural unrest in Asia, Europe, and Latin America*, US: Duke University Press, 1982, pp.157-179.

STINCHCOMBE, A. L. "Agricultural enterprise and rural class relations", *The American journal of sociology*, 67(2), September 1961, p.165-176.

STOHL, S. Yale University, Consultation, 11/01/2004.

TREJO, G. "Why the Catholic Church creates popular movements in Latin America: Religious competition, reputation deficits, and credible commitments", Unpublished paper, 2004, p.11.

WHITE, R. A., *Structural Factors in rural development: the church and the peasant in Honduras*, PhD dissertation, Cornell University, 1977, p.1-799.

WICKHAM-CROWLEY, T. P., *Guerrillas and revolution in Latin America: a comparative of insurgents and regimes since 1956*, New Jersey: Princeton University Press, 1992.

WOLF, E. R., *Peasant Wars of the Twentieth Century*, NY: Harper & Row, 1969;

ZIMMERMAN, A. "Land tenure as a determinant of civil wars: 1969-1997, USP, Unpublished manuscript, 2005, <http://www.yale.edu/ycias/ocvprogram/Zimmerman.pdf>.